

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB
Superintendência Regional do Amazonas – SUREG/AM

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Manaus/AM - 2013



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB**

Superintendência Regional do Amazonas – SUREG/AM

RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

Sumário

Lista de Siglas.....	5
Lista de Quadros.....	7
Lista de Figuras.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
ITEM 1 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	11
1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....	11
1.1. Informações Gerais Sobre a UJ.....	11
1.2. Planejamento Estratégico e seus Principais Macroprocessos.....	16
1.2.1. Breve análise sobre o Planejamento Estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico.....	16
1.2.2. Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade.....	17
1.2.2.1. Macroprocesso de Sustentação da Renda.....	17
1.2.2.2. Macroprocesso de Promoção do Abastecimento	17
1.2.2.3. Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento.....	18
1.2.2.4. Macroprocesso de Atendimento a Parceiros.....	18
1.2.2.5. Macroprocesso de Prestação de Serviços.....	18
1.2.2.6. Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos.....	19
1.2.3. Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios.....	19
ITEM 2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	21
2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....	21
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	21
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	21
ITEM 3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	23
3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....	23
3.1. Análise das Principais Ações Ligadas à Compra e a Subvenção.....	23
3.1.1. Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País	23
3.1.2. Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado.....	23
3.2. Análises dos programas de sustentação de renda.....	24
3.2.1. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	24
3.2.1.1. Volume físico e financeiro por tipo de produto.....	24
3.2.1.2. Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício.....	25
3.2.1.3. Resultado financeiro geral.....	25
3.2.1.4. Dez maiores operações em cada modalidade.....	26
3.3. Principais indicadores de desempenho.....	27
ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	28
4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	28
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	28
4.1.1. Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado.....	28
4.1.2. Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado.....	28

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	28
4.2.1. Venda em Balcão.....	28
4.2.1.1. Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação. .	28
4.2.1.2. Dez maiores operações na modalidade.....	29
4.2.2. Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício.....	29
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	29
ITEM 5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	30
5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO.....	30
5.1. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap.....	30
5.1.1. Análise sobre os principais resultados da Refap: número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas.....	30
5.2. Principais indicadores de desempenho.....	30
ITEM 7 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	31
7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....	31
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	31
7.1.1. Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab.....	31
7.1.2. Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos).....	31
7.1.3. Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto nº 3.855/2001.....	32
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	34
7.2.1. Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos.....	34
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	34
7.3.1. Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; e Valores gastos com fretes.....	34
7.3.2. Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local	34
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	35
ITEM 8 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	36
8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....	36
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	36
ITEM 9 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	37
9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....	37
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa.....	37
ITEM 11 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	39
11. GESTÃO DE PESSOAS.....	39
11.1. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados.....	39
11.2. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição.....	39
11.3. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações	

destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho.....	40
11.4. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras.....	40
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	41
11.5.1. Composição do quadro de servidores ativos.....	41
11.5.2. Composição do quadro de estagiários.....	43
11.5.3. Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	44
11.5.4. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	45
11.5.5. Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	47
11.5.6. Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal.....	47
11.5.7. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	47
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	48
11.7. Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:.....	48
ITEM 12 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	49
12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....	49
12.1. Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA.....	49
12.1.1. Ações Orçamentárias da UJ.....	49
12.1.1.1. Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores.....	49
12.1.1.2. Indicadores de desempenho institucionais.....	50
12.1.1.3. Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício.....	50
12.1.2. Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação.....	50
12.2. Restos a Pagar.....	51
12.5. Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas...51	51
12.7. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros.....	52
ITEM 13 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012.....	53
13. GOVERNANÇA E CONTROLES	53
13.1. Controle Interno da UJ	53
13.2. Deliberações do TCU e CGU.....	55
RESULTADOS E CONCLUSÕES.....	61
ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	62
Balanço Patrimonial.....	62
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	64
Demonstração do Resultado do Exercício.....	65
Demonstração do Valor Adicionado.....	67
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	68
Composição Acionária do Capital Social.....	69
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	69

Lista de Siglas

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AGF	Aquisição do Governo Federal
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
Cibrazem	Companhia Brasileira de Armazenamento
Cibrius	Instituto Conab de Seguridade Social
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPB	Cadastro Nacional de Planos de Previdência
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CPF	Cadastro de Pessoas Físicas
CPR-Doação	Cédula de Produto Rural – Instrumento de formalização de Compra Especial da Agricultura Familiar com doação simultâneo.
CPR-Estoque	Cédula de Produto Rural – Instrumento de formalização da Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, com liquidação física ou financeira.
Geosafras	Projeto de aperfeiçoamento da metodologia de previsão de safras do Brasil
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MOC	Manual de Operações da Conab
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NOC	Manual de Normas da Organização
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAAnet	Aplicativo desenvolvido e disponibilizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), com o objetivo de facilitar e descentralizar o preenchimento das propostas de participação dos mecanismos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).
PEP	Prêmio de escoamento de Produto
PEPRO	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor
PGPAF	Preços de Referência para a Agricultura Familiar
PGPM	Política de Garantia de Preços Mínimos - objetiva reduzir a incerteza dos

	produtores quanto aos preços futuros estimulando, assim, a expansão da oferta agrícola. Durante a safra atuam como um seguro de preço, garantindo ao produtor uma renda mínima para sua produção, sendo fixados por Portaria Interministerial, após aprovação pelo Conselho Monetário Nacional, e servem de base para as aquisições do Governo Federal-AGF
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
Prohort	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro
Pronaf	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PROVB	Programa Vendas em Balcão - programa do Governo Federal que viabiliza o acesso dos pequenos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta, garantindo, de forma contínua e sistematizada, o suprimento de insumos a preços de mercado.
Refap	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos
RI	Regimento Interno
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG	Sistema de Administração de Serviços Gerais
Sinac	Sistema Nacional de Comercialização
Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
UA	Unidade Armazenadora
VEP	Valor de Escoamento do Produto
PEP	Prêmio para Escoamento do Produto

Lista de Quadros

Quadro 01 - Identificação da Unidade.....	11
Quadro 02 - Competências das Unidade Orgânicas da Sureg Tipo II.....	15
Quadro 03 - Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPM-Bio.....	23
Quadro 04 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA).....	24
Quadro 05 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA).....	24
Quadro 06 – Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento.....	25
Quadro 07 – Dez maiores operações na CPR-Doação.....	26
Quadro 08 – Dez maiores operações na CPR-Estoque.....	26
Quadro 09 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão.....	29
Quadro 10 - Demonstrativo de Varejistas e Centrais de Negócios.....	30
Quadro 11 – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns.....	31
Quadro 12 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias.....	31
Quadro 13 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras.....	33
Quadro 14 – Relação de Fiscais da Sureg/AM.....	34
Quadro 15 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	41
Quadro 16 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	42
Quadro 17 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ.....	42
Quadro 18 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária.....	43
Quadro 19 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade.....	43
Quadro 20 – Composição do Quadro de Estagiários	44
Quadro 21 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	45
Quadro 22 – Quadro de custos de encargo sociais	45
Quadro 23 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	46
Quadro 24 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	46
Quadro 25 – Ações orçamentárias da UJ.....	49
Quadro 26 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ.....	50
Quadro 27 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	51
Quadro 28– Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	52
Quadro 29 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	53
Quadro 30 - Balanço Patrimonial.....	62
Quadro 31 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	64
Quadro 32 - Demonstração do Resultado do Exercício.....	65
Quadro 33 - Demonstração do Valor Adicionado.....	67
Quadro 34 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	68

Lista de Figuras

Figura 01 - Organograma da Sureg/AM.....	14
--	----

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Superintendência Regional do Amazonas, da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, durante o exercício de 2012.

O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União – DN TCU nº 119/2012, de 18/01/2012. A Conab atenderá aos itens da Parte C do Anexo II – Informações Customizadas da Conab.

As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela Sureg-AM para o exercício de 2012, decorreram da escassez de recursos humanos, fator recorrente em relação a exercício anteriores.

Além disso, vale ressaltar o enorme desafio na implementação de políticas públicas no Estado do Amazonas em decorrência da dimensão geográfica e peculiaridades regionais. Acrescente-se, ainda, o fato do público alvo das principais ações desenvolvidas pela Sureg/AM ser formado por pequenos agricultores familiares e estar localizado no interior do Estado, com difícil acesso

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

Descrição		Justificativa
1. Informações Básicas		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
1.2	Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos	Não há conteúdo a ser declarado no exercício em análise
4. Promoção do Abastecimento		
4.2	Valor para Escoamento do Produto – VEP	Não há conteúdo a ser declarado no exercício em análise
	Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (venda)	A Conab não realiza operações de PEP para venda de produtos
5. Articulação e Organização do Abastecimento		
5.1.	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro	Não há conteúdo a ser declarado no exercício em análise
6. Prestação de Serviços		Não há conteúdo a ser declarado no exercício em análise

7. Administração dos Estoques Públicos – Armazenagem, Fiscalização e Movimentação		
7.1	Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados em armazéns contratados; capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem por produto e por Estado; ; ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador.	Não há conteúdo a ser declarado no exercício em análise
7.2	número de ocorrências de divergências entre o volume contabilizado pela Conab em suas bases de dados e o estoque físico averiguado pelos fiscais, por produto e por Estado; quantidade física e financeira de perdas de produtos agrícolas em estoques públicos; quantidade física e financeira de produtos agrícolas averiguada em eventuais desvios em estoques públicos; quantidade de armazéns descredenciados no exercício; avaliação física geral dos armazéns contratados pela Conab; saldo de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos; valores recuperados em perdas ou desvios em estoques públicos; valores ajuizados em razão de débitos relativos à desvios ou perdas em estoques públicos	Não há conteúdo a ser declarado no exercício em análise
10. Geração e Difusão de Informações		Não há conteúdo a ser declarado no exercício em análise
11. Gestão de Pessoas		
11.5	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.4	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.	
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	
12.8	Parecer de auditoria independente.	
13. Governança e Controles		
13.3	Informações de como está estruturada a área de auditoria interna	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz

PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012 – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DA CONAB/SUREG/AM.

ITEM 1 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Informações Gerais Sobre a UJ

Quadro 01 - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento - MAPA			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento / Superintendência Regional do Amazonas			
Denominação abreviada: CONAB / SUREG AM			
Código SIORG: 087291	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 135045	
Situação: Em funcionamento / Ativa			
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 26.461.699/0377-77	
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(92)3182-2402	(92)3182-2460	(92)3182-2445
Endereço Eletrônico: am.sureg@conab.gov.br			
Página da Internet: http://www.conab.gov.br			
Endereço Postal: Av. Min. Mario Andreazza, 2196 – Distrito Industrial – CEP 69075-839 - Manaus/AM			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<p>A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.944, em 28/12/1990. Iniciou suas atividades em 1.º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9.ª versão, alterada pelo Decreto 6.407, de 24/03/2008.</p> <p>A Superintendência Regional do Amazonas – Sureg AM é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 02, de 05 de janeiro de 1999, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 70ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14/12/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, e considerando os Arts. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Arts. 52 a 70 do Regimento Interno.</p>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			

<ul style="list-style-type: none"> - Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991 - Lei n.º 9.973, de 29 de maio de 2000 - Decreto n.º 3.855, de 03 de julho de 2001 - Estatuto Social - Regimento Interno 	
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
<ul style="list-style-type: none"> - Manual de Operações da Conab - MOC - Normas de Organização - NOC - Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos 	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
135045	CONAB SEDE SUREG AMAZONAS
135246	UA/MANAUS
135247	UNID. ESTOQUE ESTRATÉGICO/AM
135248	NUCLEO ESTOQUE REGULADOR/AM – PGPM
135435	MO/AMAZONAS
135553	UNIDADE CONAB PAA AMAZONAS
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
22211	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
135045	22211
135246	22211
135247	22211
135248	22211
135435	22211
135553	22211
Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis	
Superintendência Regional - AM	
Superintendente: Thomaz Antonio Perez da Silva (01/01/2012 a 31/12/2012)	

Superintendente substituto: Nélio Nogueira do Nascimento (01/01/2012 a 31/12/2012)

Gerentes de Área

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO - GEOSE

Gerente: Nélio Nogueira do Nascimento (01/01/2012 a 31/12/2012)

Gerente substituto: Severino Lino de Medeiros (01/01/2012 a 31/12/2012)

GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO - GEFAD

Gerente: Antonio Batista da Silva (01/01/2012 a 31/12/2012)

Gerente substituto: Francisco José Grana de Almeida (01/01/2012 a 31/12/2012)

Gerentes das Unidades Armazenadoras

UA MANAUS/AM

Gerente: Manuel Vitor Silva de Brito (01/01/2012 a 31/12/2012)

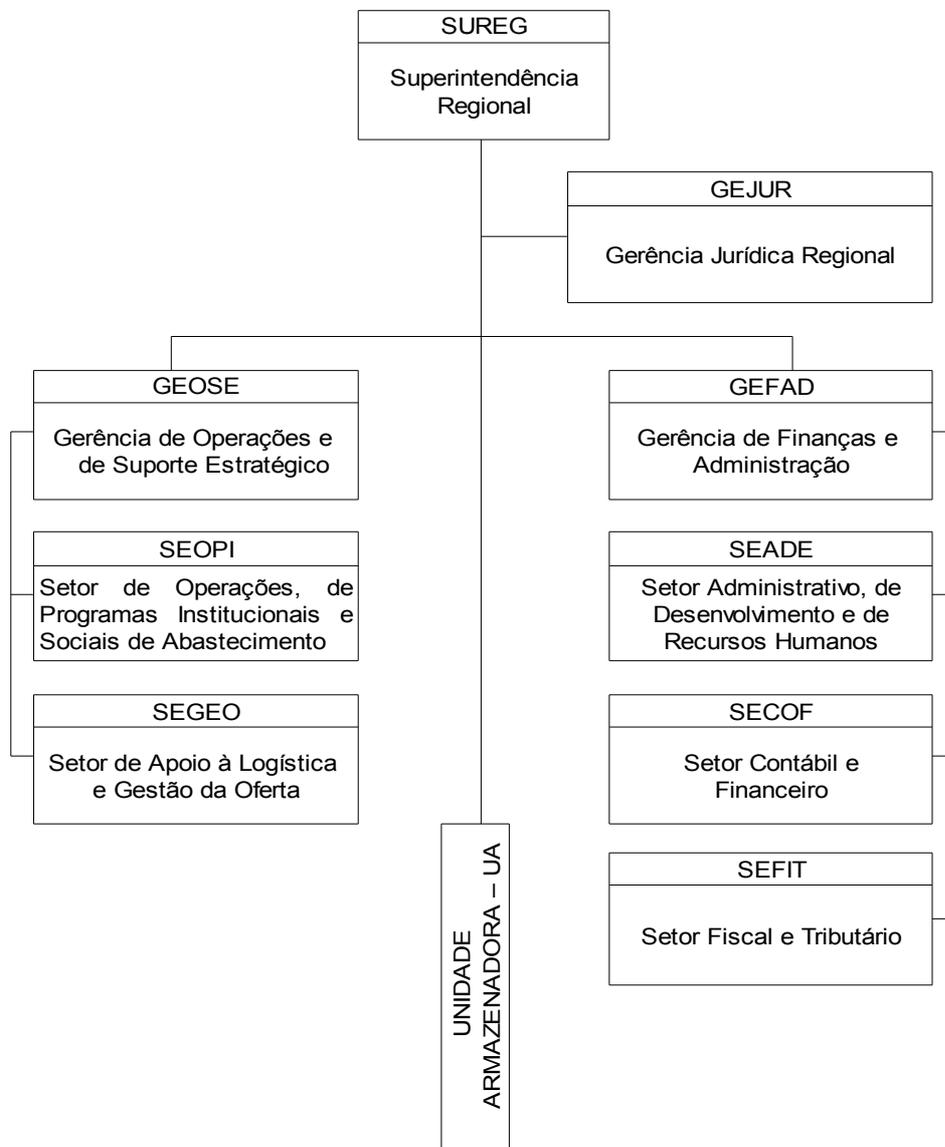
Gerente substituto: Francisco de Oliveira Barbosa (01/01/2012 a 17/06/2012)

Gerente substituto: Gildo Araújo da Costa (18/06/2012 a 31/12/2012)

A estrutura orgânica da Sureg-AM é composta por unidades administrativas e operacionais, e está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno - RI aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o Art. 121 do RI da CONAB a Superintendência Regional do Amazonas está classificada como Sureg Tipo II, cujo organograma apresentamos a seguir.

Figura 01 - Organograma da Sureg/AM



Ressalte-se que o Setor Fiscal e Tributário – SEFIT, mesmo já tendo sido criado e normatizado no Regimento Interno, ainda não foi instalado nas Superintendências Regionais.

No âmbito de sua jurisdição, a Superintendência Regional do Amazonas tem as seguintes competências regimentais definidas no Artigo 106 do Regimento Interno - RI da Companhia:

- I - representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II - manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;

- III - divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- IV - coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;
- V - constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Não obstante as Sureg Tipo II dispor de uma estrutura menor, as competências das suas unidades orgânicas são as mesmas estabelecidas para as Sureg Tipo I, nos termos do Art. 122 do Regimento Interno - RI, conforme quadro a seguir.

Quadro 02 - Competências das Unidade Orgânicas da Sureg Tipo II

UNIDADE	ARTIGOS DO RI	OBSERVAÇÃO
1 - Superintendência Regional – Sureg	106	
2 – Gerência Jurídica Regional - Gejur	107	
3 - Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – Geose	108 e 111	
3.1 - Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – Seopi	109(*), 112 a 114	(*) somente os incisos IV e V.
3.2 - Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo	110	
4 - Gerência de Finanças e Administração – Gefad	115	
4.1 - Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – Seade	109(*), 116 e 117	(*) somente os incisos de I a III.
4.2 - Setor Contábil e Financeiro – Secof	118	
4.3 – Setor Fiscal e Tributário - Sefit	119	
5 - Unidade Operacional / Unidade Armazenadora - UA	120	Exceto § 1º e 2º

1.2. Planejamento Estratégico e seus Principais Macroprocessos

1.2.1. Breve análise sobre o Planejamento Estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.^a Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avalizados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos

decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

1.2.2. Breve análise sobre seus principais macroprocessos relacionados aos setores da sociedade

1.2.2.1. Macroprocesso de Sustentação da Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

Público-alvo: produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação.

1.2.2.2. Macroprocesso de Promoção do Abastecimento

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

Público-alvo: consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas

de consumo, exportadores, varejistas.

Família de Produtos e Serviços: contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com o sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

1.2.2.3. Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-Prohort e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

Público-alvo: Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

Família de Produtos e Serviços: Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

1.2.2.4. Macroprocesso de Atendimento a Parceiros

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

Público-alvo: Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

Família de Produtos e Serviços: Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

1.2.2.5. Macroprocesso de Prestação de Serviços

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

Público-alvo: União, sociedade, setor privado.

Família de Produtos e Serviços: Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização - SEC.

1.2.2.6. Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGF e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

1.2.3. Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cibrius. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para

sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

ITEM 2 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO

2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão

O atual quadro de pessoal da Sureg/AM continua com defasagem quantitativa e qualitativa. O retorno de empregados anistiados que estão prestando serviços a outros órgãos da Administração Pública, bem como a realização de concurso público são indispensáveis para melhorar o ambiente de gestão da regional.

A revitalização da estrutura organizacional da Regional também é preponderante para a melhoria da gestão. Na área de infraestrutura permanece a necessidade de implantação do Setor Fiscal e Tributário, já criado, e de criação do Setor de Recursos Humanos e do cargo comissionado de Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL. Na área de execução de negócios continua sendo necessária a criação da Gerência da Agricultura Familiar, assim como do Setor da Agricultura Familiar.

Outra alternativa, que poderá contribuir para a melhoria da gestão, até que se conclua os estudos para implementação dos setores retro mencionados, é a reclassificação das Superintendências Regionais de tipo II, na qual a Sureg/AM está enquadrada, para tipo I. Essa medida possibilitaria, de imediato, a instalação de uma gerência e um setor na área de suporte estratégico e do setor de recursos humanos na área de infraestrutura. Ressalte-se que, mesmo dispondo de estrutura organizacional inferior, as competências das Sureg tipo II são iguais às das Sureg tipo I.

A construção de armazéns convencionais e frigorificado na capital do estado, Manaus, certamente favorecerá o cumprimento da missão institucional considerando o potencial pesqueiro e de frutas regionais atualmente existente e ainda pouco explorado. A adaptação de instrumentos de comercialização à realidade regional também poderá facilitar as ações da Companhia nos próximos exercícios.

No que se refere aos fatores de risco, destacamos o fato de cerca de 70,27% dos empregados da Regional estar com ações trabalhistas ajuizadas contra a Conab. O acompanhamento e a defesa da Companhia vem sendo realizado por escritório advocatício terceirizado sob a supervisão da Procuradoria Regional, que conta atualmente apenas com 01 Procurador. A Superintendência Regional já solicitou à Matriz a recomposição e ampliação do quadro de procuradores, via concurso público.

2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios

A atual capacidade estática da regional é comprometida, quase que totalmente, para estocar produtos dos programas operados pela Conab. São eles: Cestas de alimentos e Programa de Vendas em Balcão. Contudo, prestamos serviços de armazenagem para terceiros. Essa atividade tem demanda para crescimento, entretanto, a construção de novas unidades armazenadoras precisa ser implementada.

Apesar do Amazonas não ser um grande produtor agropecuário, existem fortes demandas em épocas de safra, principalmente do setor pesqueiro, tornando viável a intervenção da regional utilizando os instrumentos de apoio à comercialização, prioritariamente os destinados à

agricultura familiar.

Por ser o maior estado do Brasil em termos geográficos, com enormes dificuldades de comunicação com o cliente/produtor rural, aliado à falta de estrutura de pessoal da regional, a ampliação das ações de sustentabilidade de preços aos beneficiários dos programas vem sendo prejudicada.

Com relação ao serviço de classificação de produtos, a regional não dispõe de laboratório, recorrendo a única empresa privada credenciada, mas que fica localizada na capital, Manaus, o que dificulta, e encarece, sobremaneira, a análise de produtos a ser adquiridos no interior do estado.

ITEM 3 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA

3.1. Análise das Principais Ações Ligadas à Compra e a Subvenção

3.1.1. Relação de produtos agrícolas que apresentaram preços abaixo do “Preço Mínimo” no exercício, bem como dados sobre sua relevância econômica e social para o País

Quadro 03 - Demonstrativo de Pagamento de Subvenção da PGPM-Bio

UF	N.º Extrativistas	Quant (ton)	Valor (R\$)
Borracha			
AM	833	336,4	213.362,50
Subtotal	833	336,4	213.362,50
Açaí			
AM	15	29,0	9.090,70
Subtotal	15	29,0	9.090,70
Total Geral	848	365,5	222.453,20

Fonte: Dipai/Sugof/Geole

No exercício de 2012, a Superintendência Regional do Amazonas subvencionou por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Sócio Biodiversidade PGPM-Bio, o quantitativo de 336,4 Toneladas de Borracha Nativa e 29,0 toneladas de Açaí, perfazendo um total de R\$ 222.453,20 (duzentos e vinte e dois reais, quatrocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), atendendo à 848 extrativistas organizados por meio de Associações/Cooperativas.

3.1.2. Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

Os **produtos extrativistas** apresentaram os preços de mercado abaixo do preço mínimo. Essa diferença foi subvencionada aos produtores.

É fundamental destacar que as comunidades beneficiadas encontram-se, em sua maioria, em situação de pobreza, sem acesso aos serviços públicos básicos, portanto, os impactos das ações implementadas são bem mais elevados do que o representado pelo montante de recursos aplicados.

3.2. Análises dos programas de sustentação de renda

3.2.1. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Programa interministerial voltado ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país, com recursos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA. É executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos instrumentos de Compra Direta, Formação de Estoques da Agricultura Familiar e Doação Simultânea.

3.2.1.1. Volume físico e financeiro por tipo de produto.

Quadro 04 – Aquisições por meio da CPR-Doação (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS	18	DIVERSOS	1.351	5.085,14	6.135.960,40
Subtotal	18	-	1.351	5.085,1	6.135.960,40
MDA					
Subtotal	-	-	-	0,0	-
Total	18	-	1.351	5.085,1	6.135.960,40

Fonte: Dipai/Supaf

Quadro 05 – Aquisições por meio da CPR-Estoque (MDS e MDA)

Órgão	N.º Municípios	Produto	N.º de Produtores	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
MDS					
Subtotal	-	-	-	0,0	-
MDA	4	DIVERSOS	210	230.750,00	1.045.725,00
Subtotal	4	-	210	230.750,0	1.045.725,00
Total	4	-	210	230.750,0	1.045.725,00

Fonte: Dipai/Supaf

3.2.1.2. Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

Os instrumentos de apoio à comercialização operados no âmbito do PAA, seja CPR Estoque ou CPR Doação, tem reduzido o desperdício de alimentos nos momentos de safra, viabilizando renda e estímulo ao agricultor, bem como alimentos regionais aos programas sociais.

A maior ampliação dos instrumentos, necessária e indispensável, é dificultada pela dimensão geográfica do Estado do Amazonas, estrutura de pessoal da Companhia e a atual realidade da organização dos grupos formais.

3.2.1.3. Resultado financeiro geral

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos e são utilizados, preferencialmente, na distribuição gratuita às populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes.

Por definição orçamentária, os produtos adquiridos com recursos do MDA são prioritariamente destinados à comercialização, cujos recursos são devolvidos à fonte original. Por este motivo, a utilização dos recursos do MDA restringiu-se, esse ano, apenas ao instrumento de CPR Estoque.

Quadro 06 – Quantidades e Recursos Dispendidos por Instrumento

Instrumento	Origem do Recurso	Produto	Quantidade (em t)	Valor (R\$)
CDAF	MDS			
	MDA			
CPR Doação	MDS	DIVERSOS	5.085,14	6.135.960,40
	MDA			
CPR Estoque	MDS			
	MDA	DIVERSOS	230.750,00	1.045.725,00
Total MDS			5085,1	6.135.960,40
Total MDA			230750,0	1.045.725,00
Total Geral			235835,1	7.181.685,40

Fonte: Dipai/Supaf

3.2.1.4. Dez maiores operações em cada modalidade

Quadro 07 – Dez maiores operações na CPR-Doação

ORIGEM DO RECURSO	UF	CNPJ	PROPONENTE	PRODUTOS	Nº PRODUTORES	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
MDS	AM	02.843.327/0001-50	ASSOCIACAO DE PRODUTORES RURAIS EXTRATIVISTAS - APRUEX	FRUTAS, LEGUMES E ORTALIÇAS	160	768.000,00
MDS	AM	04.616.440/0001-29	AAPPI ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES E PESCADORES PROFISSIONAL DO MUNICIPIO DE ITAMARATI	FRUTAS, LEGUMES E ORTALIÇAS	143	643.427,25
MDS	AM	15.016.986/0001-65	ASSOCIAÇÃO DE PESCADORE(A)S. AQUICULT. E TRAB. DA AGRICULT. FAMILIAR DE PARINTINS E REGIÃO	FRUTAS, LEGUMES, ORTALIÇAS E PEIXES	110	527.999,55
MDS	AM	12.984.946/0001-19	COOPERATIVA MISTA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JUTÁI - JUTAICOOP.	FRUTAS, LEGUMES, ORTALIÇAS E PEIXES	104	495.000,00
MDS	AM	01.881.832/0001-27	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA - ASPRONES	BANANA MACÃ	78	374.399,55
MDS	AM	00.984.909/0001-21	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI - ASPROC	FRUTAS, LEGUMES, FARINHAS E TUBÉRCULOS	116	364.080,30
MDS	AM	15.745.860/0001-21	ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAOM NORTE - ASPRONORTE	FRUTAS, LEGUMES, ORTALIÇAS E PEIXES	70	336.000,00
MDS	AM	08.601.769/0001-77	COOPERATIVA VERDE DE MANICORE	CASTANHA DO BRASIL	70	315.000,00
MDS	AM	05.775.581/0001-57	ASSOCIAÇÃO NOVA ESPERANÇA ILHA DO BARROSO - ANEIB	ABOBORA, BATATADOCE E MANDIOCA C/ CASCA	58	260.999,60
MDS	AM	01.351.249/0001-04	ASSOC. COMUNITARIA DO PARANÁ DO CAREIRO DA VÁRZEA	FRUTAS, LEGUMES, ORTALIÇAS E PEIXES	53	238.500,00

Fonte: Supaf / Gecaf

Quadro 08 – Dez maiores operações na CPR-Estoque

ORIGEM DO RECURSO	UF	CNPJ	PROPONENTE	PRODUTO	VALOR TOTAL PROPOSTA (R\$)
MDA	AM	04.394.176/0001-26	COOPERATIVA AGROFRUTIFERAS DOS PRODUTORES DE URUCARÁ	GUARANÁ	439.725,00
MDA	AM	10.750.497/0001-19	CONSORCIO DOS PRODUTORES SATERE MAWE - CPSM	GUARANÁ	255.000,00
MDA	AM	02.328.619/0001-55	COOPERATIVA DOS PROD. RURAIS DA COMUNID S. CORAÇÃO DE JESUS-ASCOPE	CUPUAÇU	248.000,00
MDA	AM	12.450.570/0001-62	COOP. AGROEXT. MISTADOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ	FARINHA DE MANDIOCA	63.000,00
MDA	AM	12.450.570/0001-62	COOP. AGROEXT. MISTADOS PRODUTORES DO MUNICÍPIO DE GUAJARÁ	FEIJÃO	40.000,00

Fonte: Supaf/Gecaf

3.3. Principais indicadores de desempenho

Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	32,1	22,2	19
Análise do Resultado: O percentual de projetos com valores elevados está vinculado diretamente ao número produtores, ao volume da produção e a necessidade de intervenção.			
Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	-	-	-
Análise do Resultado: Não houve dimensionamento de atendimento de agricultores com menor renda, todas as demandas que chegaram à Sureg/AM e atenderam os requisitos do Programa, foram atendidas.			
Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	-	-	-
Análise do Resultado: Não houve dimensionamento de recursos destinados a agricultores com menor renda. O total dos recursos disponibilizados para Sureg/AM, foram utilizados para atender todas as demandas que chegaram à Sureg/AM e atenderam os requisitos do Programa.			
Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	16,7	-	-
Análise do Resultado: No exercício de 2012 foram supervisionadas cerca 16,7% dos projetos do PAA. A maioria dos instrumentos foram formalizados no final do exercício e as supervisões foram programadas para o exercício seguinte, no decorrer da execução desses projetos.			
Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Avaliar a abrangência do PAA no Estado	35,5	38,7	48,4
Análise do Resultado: A ampliação dos municípios atendidos é dificultada pela dimensão geográfica do Estado do Amazonas, estrutura de pessoal da Companhia e a atual realidade da organização dos grupos formais.			
Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	21,14	23	18
Análise do Resultado: No exercício de 2012 o percentual de mulheres produtoras atendidas ficou compatível com a média dos três últimos exercícios que foi de 20,71%.			

ITEM 4 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO

4.1. Análise das principais ações ligadas à venda

4.1.1. Relação de produtos agrícolas que foram objeto de intervenção no mercado

No âmbito da Superintendência Regional do Amazonas a atuação da Conab ligada a venda ficou restrita a Milho em Grãos.

4.1.2. Principais critérios adotados para definição das intervenções no mercado por produto, bem como para a escolha do instrumento utilizado

É reconhecida a dificuldade dos pequenos criadores em suprir suas demandas de milho em grãos para a composição da ração necessária à alimentação dos seus rebanhos, agravada pela falta de acesso, em vista da sua escala operacional e/ou localização, aos estoques governamentais ofertados por meio dos tradicionais leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias. Daí a Sureg/AM operacionalizar o instrumento Venda em Balcão

4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção

No âmbito da Sureg/AM, a CONAB atuou na execução física e financeira somente no Programa Venda em Balcão. Em relação aos instrumentos Valor para Escoamento do Produto – VEP e Prêmio para Escoamento do Produto – PEP, a participação da Regional ficou restrita à comprovação no escoamento da produção.

4.2.1. Venda em Balcão

Permite o escoamento pulverizado de parte dos estoques públicos, favorecendo o acesso direto dos pequenos criadores rurais, agroindústrias de menor porte, entidades de classe e instituições de ensino e pesquisa aos produtos ofertados pela Conab, em igualdade de condições às obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

4.2.1.1. Volume físico e financeiro por tipo de produto em cada Estado da Federação

No exercício de 2012, a Sureg/AM comercializou a preços acessíveis por meio do Programa Vendas em Balcão 4.099 toneladas de milho, atendendo a 465 pequenos criadores cadastrados e obtendo uma receita de R\$ 2.033.366,24 (dois milhões, trinta e três mil, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e quatro centavos).

4.2.1.2. Dez maiores operações na modalidade

Quadro 09 – Dez maiores operações de Vendas em Balcão

Ordem	Cliente	Produto	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
1	SERVULO DA FONSECA E SOUZA	MILHO	119.000	60.350,00
2	WAGNER FERREIRA NUNES	MILHO	116.650	59.305,50
3	ANTONIO CLAUDIO UCHOA IZEL	MILHO	96.272	48.272,90
4	DEMILCO VALDEMAR VIVIAN	MILHO	88.000	43.560,00
5	ADELTON GOMES DE MEDEIROS	MILHO	87.350	43.154,50
6	RONAL DE BRITO LEITE	MILHO	84.000	42.420,00
7	JOAQUIM PEREIRA DA CUNHA	MILHO	80.250	40.245,00
8	NILO DE SOUZA DIAS JUNIOR	MILHO	77.500	37.545,00
9	HIDEAKI ETO	MILHO	77.000	36.190,00
10	ALZIRA MIEKO UTUMI MATSUKUMA	MILHO	77.000	36.190,00
Total			903.022	447.232,90

Fonte: Dirab/Supab

4.2.2. Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício

O Programa Vendas em Balcão, em decorrência da inexpressiva produção agrícola de milho no Estado do Amazonas, aliado aos altos preços praticados no mercado atacadista local, tem sido opção crescente aos pequenos criadores rurais do Estado.

Com relação ao Vep e Pep, estes instrumentos são fundamentais, em decorrência de não haver produção de milho no Amazonas para atender a demanda interna, para os médios e grandes criadores rurais do Estado. A suspensão desses instrumentos causou grandes transtornos à atividade de avicultura local.

4.3. Principais indicadores de desempenho

Não foram desenvolvidos. O Quadro de pessoal da Sureg/AM não está estruturado para elaboração desses indicadores.

ITEM 5 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

5. ARTICULAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO

As ações direcionadas a esse objetivo, representadas pelo Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - Prohort e pela Refap, embora executadas pela Conab, com a edição do PPA 2012-2015, passaram a ser de responsabilidade orçamentária do MDS. Na Sureg/AM opera-se somente a Refap.

5.1. Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – Refap

A ação é coordenada pela Conab, com o objetivo de fortalecer as unidades varejistas filiadas, a partir da expansão e qualificação empresarial, ampliando o comércio local, com reflexo no aumento de arrecadação e emprego nos municípios brasileiros.

5.1.1. Análise sobre os principais resultados da Refap: número de varejistas cadastrados, número de Centrais de Negócios formadas

No âmbito da Sureg/AM apenas uma central de negócios encontra-se em formação. Em 2012 não houve ação de comercialização entre os varejista da Rede e a Conab. Na Sede da Regional foi disponibilizado espaço para realização de reuniões, o qual foi utilizado regularmente pelos membros da Rede.

Quadro 10 - Demonstrativo de Varejistas e Centrais de Negócios

UF	Varejistas Cadastrados	Centrais de Negócios formadas	Centrais de Negócios em formação
AM	19	-	1
Total	19	0	1

Fonte: Dirab/Supab/Gepab

5.2. Principais indicadores de desempenho

Não foram desenvolvidos. O Quadro de pessoal da Sureg/AM não está estruturado para elaboração desses indicadores.

ITEM 7 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab

7.1.1. Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

A Rede Armazenadora Própria da Sureg/AM é composta por 2 armazéns, agrupados em 1 (uma) unidade armazenadora. A capacidade estática total é de 4.800 toneladas. Em geral, no decorrer do ano, esses armazéns ficam ocupados com estoques públicos, destinados às Atividades Finalística da Companhia.

Quadro 11 – Demonstrativo da Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

UF	N.º Unidades	N.º de Armazéns	Capacidade (Em t)			Total
			Convencional	Granel	Frigorificada	
AM	1	2	4.800	0	0	4.800
Total	1	2	4.800	0	0	4.800

Fonte: Suarm/Gecad

7.1.2. Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)

No fim do exercício, os estoques públicos depositados na unidade armazenadora própria somava 187.330 toneladas produtos.

Quadro 12 – Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias

UF	Produto	Tipo	Quantidade (ton)	Valor (R\$)
AM	ARROZ BENEFICIADO TIPO 2	2	144.100	238.197,30
	FEIJAO ANAO CORES TIPO 2	2	43.230	218.605,46
	Subtotal AM		187.330	456.802,76

Fonte: Suope/Gefoc

7.1.3. Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto n° 3.855/2001

a) Principais problemas

A Unidade Armazenadora carece de melhoria na sua estrutura física a ser realizada por meio de contratação de obras e serviços de engenharia, que requerem previamente a elaboração de Projeto Básico por profissional habilitado, função esta, que atualmente inexiste no quadro de pessoal da Sureg/AM, sendo esse, o principal entrave enfrentado na Regional para esse tipo de contratação. Ressalte-se que, tendo em vista a especificidade do serviço, a falta de profissional habilitado (Eng.º Civil) tem dificultado inclusive a contratação de empresa para elaboração dos Projetos.

b) Demanda por manutenção

As principais demandas por manutenção da Unidade Armazenadora de Manaus – UA/MANAUS são:

- ✓ Reforma geral com ampliação e adaptação do prédio anexo da Unidade Armazenadora Manaus – UA/MANAUS, com revisão, ampliação e adaptação de 02 (dois) banheiros sendo 01 (um) a ser construído para pessoas com necessidades especiais; construção de salas para funcionamento de laboratório para análise de fibras e Grãos; reforma e adaptação de salas para funcionamento do PROVB; construção de estacionamento para clientes.
- ✓ Pintura geral dos Prédios/Armazéns de nº 05 e 06.
- ✓ Reforma geral do prédio/alojamento dos funcionários com construção de cobertura, revisão dos banheiros; revisão das instalações elétrica e hidráulica; ampliação/construção de sala de conforto para os colaboradores operacionais; construção de sala para guarda de equipamentos e funcionamento de oficina para pequenos serviços.
- ✓ Reforma do prédio/cozinha da UA/MANAUS, com revisão da cobertura; revisão do banheiro, parte elétrica e hidráulica; pintura geral do prédio.
- ✓ Reforma geral da guarita de controle de entrada e saída da Unidade Armazenadora, com fornecimento e instalação de cancela eletrônica.
- ✓ Confecção e instalação de 04 portões telados para o Armazém 05, para evitar a entrada de aves (pombos e graúnas)
- ✓ Construção de estacionamento com cobertura para os empregados da Unidade

c) Valor gasto para manutenção de armazéns próprios

Quadro 13 – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras

Sureg	Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
					Corrente	Capital	
AM	UA Manaus	Aquisição de geradores eólicos				33.330,00	33.330,00
		Serviço de manutenção de imóveis	1.760,00				1.760,00
Total	1		1.760,00	0,00	0,00	33.330,00	35.090,00
			1.760,00			33.330,00	

Fonte: Siafi

d) Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009

CERTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ARMAZENADORAS PRÓPRIAS DIAGNÓSTICO – PREVISÃO 2014

MANAUS – AM		
Capacidade estática: 4.800	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal
Obras	Custos	Obrigatoriedades
Cerca e Portão	20.000	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes	45.000	O4
Sinalização de trânsito	3.000	O4
TOTAL	68.000	

LEGENDA:

- O1: Exigência no momento da vistoria
- O3: Exigência a partir de dezembro de 2013
- O4: Exigência a partir de dezembro de 2015

7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos

7.2.1. Quantidade de funcionários alocados em atividade de fiscalização de armazéns e estoques públicos

Apenas a Matriz conta com um quadro de empregados voltados exclusivamente para a realização das operações de fiscalização enquanto que, nas Regionais, os fiscais desenvolvem de forma paralela outras atividades, tais como: cadastramento e recadastramento de armazéns, levantamento de informações sobre a safra, operacionalização do PAA etc. O quadro de fiscais na Regional é de 04 empregados treinados e aptos para a execução da atividade.

Quadro 14 – Relação de Fiscais da Sureg/AM

Nº	NOMES DOS FISCAIS	UF
1	ARMANDO DA SILVA VIANA	AM
2	DAYSILENE MELLO BATISTA	AM
3	JOSE HUMBERTO CAMPOS OLIVEIRA	AM
4	RENATO RAMOS DE SOUZA	AM

7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

7.3.1. Demanda por movimentação de estoques por unidade armazenadora, relacionando os volumes físicos e financeiros mais expressivos, com destaque para os motivos de movimentação de estoques; e Valores gastos com fretes

No exercício de 2012, foi contratada a remoção de 6.000 toneladas de milho a granel, sendo que a 31/12/2012 foram removidos 3.934,4 toneladas oriunda dos estoques públicos de Mato Grosso(MT), para atendimento ao Programa Vendas em Balcão da Sureg/AM. O saldo de 2.065,6 toneladas ficou para ser removido no início do exercício seguinte. O custo total com frete foi de R\$ 2.009.100,00 (dois milhões, nove mil e cem reais).

7.3.2. Impacto nas regiões em que os estoques foram removidos e nas regiões que receberam os estoques, destacando o tipo de produto e reflexos na cadeia produtiva local

O Estado do Amazonas, para atendimento do seu consumo interno importa o milho de regiões produtoras como Mato Grosso, já que a produção local não supri a demanda da região. O milho comercializado pela CONAB, regula os mercado e atende a preços acessíveis os pequenos criadores cadastrados no Programa Venda em Balcão.

7.4. Principais indicadores de desempenho

Não foram desenvolvidos. O Quadro de pessoal da Sureg/AM não está estruturado para elaboração desses indicadores.

ITEM 8 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

8. GESTÃO TECNOLÓGICA

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Cabe à Regional apenas a manutenção dos equipamentos com reposição de peças, sempre realizada por empresas do ramo, pois é relevante destacar, que a Sureg/AM, dispõe em seu quadro de pessoal de apenas um empregado da área de TI, na função de assistente de informática.

O parque de informática ainda está compatível com o número de empregados. Já rede local precisa ser revisada, principalmente o circuito de acesso à Internet que está lento para o volume de acessos, visto que a maioria das atividades desenvolvidas na Regional requerem a utilização da Internet, com destaque a para o faturamento e desembaraço de Notas Fiscais que são realizados eletronicamente, de forma on line.

ITEM 9 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

9. GESTÃO ESTRATÉGICA

9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas .

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas; Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Suregs ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio

prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

ITEM 11 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

11. GESTÃO DE PESSOAS

11.1. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes à alocação de servidores em departamentos ou setores em que sua experiência profissional e formação possam ser melhor aproveitados

No âmbito da Sureg/AM no exercício de 2012 não houve alocação de pessoal entre áreas ou setores. Para a melhoria da força de trabalho em termos quantitativo e qualitativo a Superintendência Regional vem fazendo gestões visando a reversão da efetivação de exercícios de empregados que retornaram à Companhia, mas ao mesmo tempo tiveram seus exercícios efetivados em outros Órgãos da Administração Pública. Além de pleitear a liberação desses empregados diretamente aos Órgão onde estão lotados, a Superintendência já solicitou também da Diretoria Administrativa da Companhia, providências junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, visando o retorno desses empregados. Ressalte-se que mesmo prestando serviços em outros órgãos, o ônus decorrente da remuneração, benefícios e encargos desses trabalhadores é integralmente da Conab.

11.2. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a comunicação de informações importantes para a Instituição

Público interno

A comunicação de informações importantes para a companhia, aos seus empregados se dá por meio dos seguintes veículos:

Informativo semanal “Aqui entre Nós” com uma média de três informações, abordando temas diversos como programas e ações da Companhia, realização de cursos e palestras, avisos e atividades voltadas para os empregados e o informativo mensal “Conab em boa Companhia” informando as atividades de destaque das Regionais. Além do Boletim Administrativo, que trata das alterações de pessoal, designações/destituições no âmbito da Companhia, atualizado diariamente a cada emissão de atos e portarias.

Correio Eletrônico – divulgação de informações de interesse geral, de forma tempestiva e alcançando todos os empregados (em atividade, cedidos e licenciados etc). Utilizado com maior frequência pelas áreas de benefícios, capacitação e assistência médica.

Intranet - este veículo está em operação desde o ano de 2000 e tem grande utilização pelo corpo funcional. São disponibilizadas informações necessárias à Companhia, tais como: regulamentos e normativos, conjunturas agropecuárias, relatórios, avisos e resultados de leilões, licitações, legislação etc.

Outro meio de divulgação de informação entre Matriz/Regional foi a implantação da videoconferência, propiciando que a Diretoria se manifeste a todo corpo funcional da Companhia

No âmbito da Sureg/AM, além dos expedientes convencionais, informações gerais são disponibilizadas no quadro de avisos. Também para a disseminação dos assuntos relacionados a gestão são realizadas reuniões pontuais entre Superintendência / Gerências, Gerências / Setores, Encarregados dos Setores / Colaboradores. Além disso há a disseminação de assuntos de ordem geral entre Superintendente / corpo funcional, via e-mail, com título “Informe Sureg-AM”.

Público externo

Portal da Transparência na internet – O meio de comunicação mais abrangente para o Público externo é a mídia eletrônica, por intermédio do site da Conab (www.conab.gov.br). No sítio é possível conhecer a Companhia, estruturalmente e operacionalmente, sua história, sua missão, valores, seus programas de atuação no mercado, os seus resultados, e, principalmente, informações que dão transparência às ações realizadas.

Todos normativos pertinentes as operações encontram-se disponíveis para acesso. Podemos citar o Manual de Operações da Conab (MOC), Contratos, Avisos e Editais de Leilões públicos e privados e demais Regulamentos, assim como outras publicações, como por exemplo Balanços Sociais e auditorias. Alguns *softwares* utilizados em operações, como por exemplo o PAANet, SafrasNet e BCANet, estão disponibilizados para *download*.

Arquivos relativos a transparência pública no que diz respeito a gastos públicos estão presentes para consulta.

O site é atualizado diariamente com notícias do setor agroindustrial e de abastecimento, e também possui uma série de indicadores estratégicos para tomada de decisão, no qual podemos citar a posição atualizada dos estoques públicos e a capacidade estática de armazenagem no Brasil.

De outra forma, a Regional também utiliza como meio de comunicação direcionado aos clientes externos, em especial ao segmento da agricultura (parceiros), as correspondências tradicionais como ofícios, cartas, e eletrônicas, como e-mail's. Por esses meios, são divulgados aos parceiros as ações da Regional, e distribuídas publicações produzida pela companhia.

Temos, ainda, como meio de comunicação as palestras ministradas por empregados do quadro de pessoal da Regional, no atendimento de demandas dos setores do Agronegócio e da Agricultura Familiar.

11.3. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações destinadas a melhorar o clima organizacional da Instituição e o ambiente de trabalho

No exercício de 2012 não houve levantamento de informações sobre o clima organizacional da Companhia, para conhecer a percepção dos empregados sobre temas relativos ao ambiente de trabalho. A última pesquisa ocorreu no período de julho de 2008 a maio de 2009. Com isso, seu resultado tende a não retratar a percepção do ambiente de trabalho no exercício em exame.

No âmbito da Sureg/AM a gestão vem buscando estabelecer uma relação de confiança, mantendo-se disponível em atender aos pleitos dos empregados, demandando, se necessário, providências das áreas envolvidas, por entender que a satisfação do corpo funcional é fundamental para um bom desempenho profissional.

11.4. Estratégia de atuação e descrição dos principais resultados referentes às ações de disseminação de conhecimento, aprendizagem, entre outras

A estratégia de capacitação no âmbito da Sureg/AM se dá por meio da realização de atividades de treinamento e desenvolvimento, individuais e coletivos.

Até dezembro de 2012, foram realizados 71 treinamentos, nas seguinte áreas:

- Administrativa: 07 treinandos;
- Auditoria: 01 treinando;
- Comunicação Social: 51 treinando;
- Educação e Desenvolvimento: 01 treinando;
- Financeira: 05 treinandos;
- Informática: 01 treinando;
- Jurídica: 01 treinando;
- Planejamento: 04 treinandos

O tempo de treinamento somou 835:00 homens/hora com uma carga horária média de 11,76 horas por treinando.

11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab

11.5.1. Composição do quadro de servidores ativos

O quadro de Recursos Humanos da Conab é composto por empregados contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas, e por empregados nomeados para cargos de livre provimento, seja de origem estatutária ou não. Conta também com estagiários de nível médio e superior, além de terceirizados para apoio nas áreas de conservação, vigilância e limpeza.

No fim do exercício, a Sureg/AM contava com 111 empregados.

Quadro 15 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Empregado em Cargos Efetivos	Não há	111	2	0
1.1. Cargos de Carreira	-	111	2	0
2. Empregado com Contrato Especial (2.1+2.2+2.3)	Não há	0	0	0
2.1. Diretor	-			
2.2. Assessor	-			
2.3. Requisitado	-			
3. Conselheiro de Administração / Fiscal	Não há			
4. Pensão Vitalícia	Não há			
5. Total de Empregados (1+2+3+4)		111	2	0

Fonte: Digepl/Sugep

Do quadro total, cerca de 27,93 % encontrava-se em situação de redução da força de trabalho, destacando-se os cedidos a outros órgãos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Quadro 16 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cédidos (1.1+1.2)	31
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	31
2. Afastamentos (2.1+2.2)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	
3. Licença Remunerada (3.1+3.2)	0
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
4. Licença não Remunerada (particular)	1
5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)	32

Fonte: Dige/Sugep

Os Cargos em Comissão no âmbito da Regional são ocupados por servidores de carreira, nomeados pelo Presidente da Companhia (Art. 123, Inciso XI do Regimento Interno), com indicação da Superintendência para os cargos de Assistente, Secretarias, Gerentes e Encarregados.

Quadro 17 – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Funções Gratificadas	-	13	1	1
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		13	1	1
1.2. Empregado com Contrato Especial / Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
2. Total de Empregados com Função Gratificada	-	13	1	1

Fonte: Dige/Sugep

Os empregados da CONAB são contratados pelo regime da CLT, não havendo uma idade limite para aposentadoria compulsória. Prevalecem as regras da Previdência Social, em que as mulheres podem aposentar a partir de 48 anos e os homens 53 anos, desde que cumpram o tempo de contribuição previdenciária de 30 e 35 anos. Além desses, o instituto de previdência complementar dos empregados da CONAB (CIBRIUS) estabelece a idade mínima de 56 anos para obter ao benefício.

Observando o quadro abaixo, nota-se que a força de trabalho da Sureg encontra-se com 58,56% (65) do seu corpo funcional, com idade entre 51 a 60 anos e 18,01% (20) com idade acima de 60 anos. Destes (85), cerca de 30,59% (26) já estão aposentados pela Previdência Social.

Quadro 18 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Empregado de Cargo Efetivo	0	1	21	55	20
1.1. Em Cargo de Carreira		1	21	55	20
2. Empregado em Função Gratificada	0	1	3	10	0
2.1. Cargos de Carreira		1	3	10	
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)					
2.3. Requisitado					
3. Totais (1+2)	0	2	24	65	20

Fonte: Digep/Sugep

Quanto ao nível de escolaridade verifica-se a existência de 26 empregados com nível superior completo ou com formação acadêmica acima deste (especialização, pós-graduação, mestrado ou doutorado), evidenciando a necessidade de realização de concurso público para a criação de oportunidade para a regularização da situação funcional desses empregados.

Quadro 19 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
1. Empregado de Cargo Efetivo	1	3	10	4	3	3	55	1	12	5	0	0	0	0
1.1. Em Cargo de Carreira	1	3	10	4	3	3	55	1	12	5				
2. Empregado em Função Gratificada	0	0	0	0	1	0	4	0	5	4	0	0	0	0
2.1. Cargos de Carreira					1		4		5	4				
2.2. Contrato Especial (Diretor, Assessor, Conselheiro)														
2.3. Requisitado														
3. Totais (1+2)	1	3	10	4	4	3	59	1	17	9	0	0	0	0

LEGENDA - Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - 4ª série incompleta; 3 - 4ª série completa; 4 - 5ª a 8ª incompleta; 5 - 1º grau completo; 6 - 2º grau incompleto; 7 - 2º grau completo; 8 - superior incompleto; 9 - superior completo; 10 - Pós-Graduação; 11 - Mestrado; 12 - Doutorado; 13 - PHD; 14 - mestrado s/ defesa de tese.

Fonte: Digep/Sugep

11.5.2. Composição do quadro de estagiários

Além dos empregados, a Sureg/AM contava, até 4º trimestre de 2012, com 15 estagiários, todos de nível superior, com custo anual de R\$108.445,36 (salário e auxílio transporte).

Quadro 20 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
1. Nível Superior	12	14	13	15	108.445,36
1.1 Área Fim	09	10	08	10	
1.2 Área Meio	03	04	05	05	
2. Nível Médio	0	0	0	0	
2.1 Área Fim	-				
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	12	14	13	15	108.445,36

Fonte: CONAB/GEFAD/AM

11.5.3. Custos associados à manutenção dos recursos humanos

Em 2012, a despesa de pessoal com os empregados da Sureg/AM foi de R\$ 9.178.749,07 (nove milhões, cento e setenta e oito mil, setecentos e quarenta e nove reais e sete centavos), com um crescimento de cerca de 24,26% em relação ao exercício de 2010 e cerca de 18,12% em relação ao exercício de 2011.

Destaque-se que valor total do custo de pessoal da Sureg/AM, cerca de 21,14% (R\$1.940.397,44) corresponde ao pessoal cedido à outros Órgãos.

O custo com pessoal que ocupa cargo comissionado/função de confiança, em relação ao valor total de pessoal no exercício de 2012, corresponde a cerca de 31,80% (R\$2.918.812,28).

Quadro 21 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis (em R\$)						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2010	2.669.033,91	-	-	-	35.796,00	655.757,30	-	97.969,72	-	3.458.556,93
	2011	2.932.677,01	-	-	-	27.840,00	658.545,40	-	1.480,18	-	3.620.542,59
	2012	3.460.566,35	-	-	-	2.234,50	771.835,79	-	84.902,71	-	4.319.539,35
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2010	1.148.350,62	-	-	-	-	376.048,20	-	48.744,41	-	1.573.143,23
	2011	1.243.840,32	-	-	-	-	369.297,60	-	3.070,80	-	1.616.208,72
	2012	1.496.710,24	-	-	-	-	409.686,43	-	34.000,77	-	1.940.397,44
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial (Assessores / Diretores / Jetons)											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2010	1.475.690,26	-	603.067,58	-	24.559,00	194.050,80	-	57.517,38	-	2.354.885,02
	2011	1.608.884,00	-	675.769,68	-	21.664,00	208.845,10	-	18.508,62	-	2.533.671,40
	2012	1.906.193,07	-	733.209,60	-	2.350,00	225.518,11	-	51.541,50	-	2.918.812,28
Pensão Vitalícia											
Exercícios	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00

Fonte: Dige/Sugep

No quadro acima (custo de pessoal), não está incluso os encargos sociais (FGTS, INSS, Seguro de Vida, Salário Educação, Senac, Sesc, Sebrae e etc). Essas informações constam dos quadros abaixo – Encargos Sociais

Quadro 22 – Quadro de custos de encargo sociais
ENCARGOS SOCIAIS

EMPREGADOS CEDIDOS					
2010	R\$	2011	R\$	2012	R\$
10 - AMAZONAS	232.383,63	10 - AMAZONAS	248.959,91	10 - AMAZONAS	312.071,58

DEMAIS EMPREGADOS					
2010	R\$	2011	R\$	2012	R\$
10 - AMAZONAS	1.249.720,82	10 - AMAZONAS	1.385.038,48	10 - AMAZONAS	1.647.575,59

Fonte: Dige/Sugep

11.5.4. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Os quadros a seguir, apresentam de forma detalhada a formação dos quadros de mão de obra terceirizada com vigilância ostensiva, conservação e limpeza e serviço de braçagem em 2012.

Quadro 23 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: CONAB / SUREG AM													
UG/Gestão: 135045 / 22211						CNPJ: 26.461.699/0377-77							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	001	09.540.692/0001-35	21/09/2010	20/09/2013	11	11					P
2008	V	O	006	07.030.464/0001-90	01/07/2008	30/06/2013			10	10			P

Observação:

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: CONAB/GEFAD/AM

Quadro 24 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: CONAB / SUREG AM													
UG/Gestão: 135045 / 22211						CNPJ: 26.461.699/0377-77							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	003	01.768.859/0001-08	16/10/2009	15/10/2013							P
2012	1	O	002	83.353.912/0001-74	03/12/2012	02/12/2013	2			2			A
2012	6	O	004	37.381.902/0001-25	31/01/2012	30/01/2013			4	4			A

Observação:

- No Contrato nº 003 não é executado nas dependências da CONAB e não existe número fixo de trabalhadores e de advogados.
- O Contrato nº 002 refere-se a fornecimento de mão-de-obra de motoristas.
- O Contrato nº 004, foi formalizado pela Matriz para atender a CONAB em Brasília/DF e nas Superintendências Regionais. No âmbito da SUREG/AM, a execução dos serviços iniciou em Maio/2012.

LEGENDA

Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 7. Outras.	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
---	---

Fonte: CONAB/GEFAD/AM

11.5.5. Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Durante o exercício no âmbito da Sureg/AM ocorreram 2 (duas) admissões relativas a anistiados (Lei 8878/94), e 1(uma) transferência para outra Superintendência Regional, por interesse da Companhia.

11.5.6. Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

Os empregados da CONAB são contratados pelo regime da CLT, não havendo portanto, idade limite para o desligamento do quadro de pessoal da Companhia, podendo, inclusive, serem aposentados pela Previdência Social e permanecerem em atividade.

Para a recomposição do seu quadro de pessoal a Sureg/AM vem fazendo gestões desde 2009, por intermédio da Matriz, para retorno de empregados cedidos diretamente a outros Órgãos. Além disso, efetuou levantamento e encaminhou para Matriz, quadro com necessidade de novos empregados, para contratação via concurso público.

11.5.7. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	111	110	109
Análise: A variação de 2011 para 2012 decorreu da saída de 01 empregado por transferência para outra Sureg e pela entrada de 02 ex-empregados por anistia.			
Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	58,56	69,09	74,31
Análise: No exercício de 2012 todos os empregados foram convocados formalmente pelo setor competente para realização do exame periódico, contudo, somente 58,56% dos empregados concluíram, apresentando o Atestado de Saúde Ocupacional - ASO. Contribuiu para isso o fato de alguns exames não terem sido concluídos até o dezembro/2012, pois na maioria dos casos dependia da análise e emissão de laudos por parte de especialista (cardiologista, ginecologista, urologista, etc) para posterior análise do médico do trabalho. O exame periódico é considerado concluso somente após a apresentação do Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, na área de recursos humanos.			
Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
Análise: O resultado demonstra a inexistência de registro de acidente de trabalho.			
Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	23,42	23,64	13,76
Análise: A pequena variação para menos do exercício de 2011 para 2012, decorre do fato da saída de um empregado com nível superior por transferência.			

11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Na Sureg/AM não existe empregados com acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 19/98 e 34/2001) relativamente aos seus empregados, conforme Declaração de Cargo, Emprego ou Função Pública, assinado por cada empregado, constante na pasta funcional de cada um.

11.7. Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU-Brasília).

Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes – 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

- No âmbito da Sureg/AM 34 empregados são participantes ativos do Cibrius, com contribuição total de R\$263.038,64, descontado em Foha de Pagamento durante o ano.

Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis 331900703 e 331900701

- O valor pago pela Conab como patrocinadora é R\$ 260.467,68.

Demonstrativo do valor pago de benefícios pelo CIBRIUS

- A quantidade de participantes assistidos é de 15 pessoas e o valor pago dos benefícios é de R\$133.438,87

ITEM 12 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

12.1. Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA

12.1.1. Ações Orçamentárias da UJ

Quadro 25 – Ações orçamentárias da UJ

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	-	-	5.000.000,00	1.478.285,59
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	1	1	162.153,26	1.760,00
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	20	28	10.000,00	4.584,94
		010Y	4702 - Cadastro de Armazéns	Unid cadastrada	0	9	0,00	282,00
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	4	4	10.000,00	6.818,27
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	2.750.000,00	2.735.287,72
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.000.000,00	1.378.610,74
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	400	393	600.000,00	592.993,58
			20CW - Exames Periódicos	Servidor benef	105	65	55.000,00	59.787,90
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	110	110	665.000,00	661.774,63
		4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	80	71	30.000,00	23.026,20	
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	00H2 - Pcto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	323.000,00	322.939,14

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

12.1.1.1. Principais causas para grandes disparidades entre as metas planejadas e as executadas; comparativos com exercícios anteriores

- Ação 2130 - Não houve meta física programada para esta Ação. A Conab Sureg/AM não foi demandada a intervir no mercado para garantir preço mínimo ao produtor por meio de compra de produtos. Daí a expressiva diferença entre a meta financeira prevista e a realizada. A execução financeira concentrou-se no pagamento de despesas com frete, por conta da remoção de cerca de 3.934,4 Ton. de milho em grãos do Estado do Mato Grosso para o Amazonas, assim como do pagamento de serviços braçagem, encargos, ICMS, análises laboratoriais e taxas, relativas ao produto removido.
- Ação 2829 – A melhoria na sua estrutura física da Unidade Armazenadora de Manaus – UA/MANAUAS, depende da contratação de obras e serviços de engenharia, que requerem previamente a elaboração de Projeto Básico por profissional habilitado, função esta, que atualmente inexistente no quadro de pessoal da Sureg/AM, sendo esse, o principal entrave enfrentado na Regional para esse tipo de contratação. Ressalte-se que, tendo em vista a especificidade do serviço, a falta de profissional habilitado (Eng.º Civil) tem dificultado inclusive a contratação de empresa para elaboração dos Projetos. Daí a baixa execução financeira.
- Ação 2137 – Relativamente a execução financeira, a diferença é resultante de

contingenciamento orçamentário, diminuição dos estoques resultante de comercialização e escassa aquisição de novos produtos. Quanto a meta física, contribuiu para esse resultado o fato da Unidade Armazenadora estar instalada no mesmo terreno da Sede da Sureg, onde estão lotados os fiscais.

- Ação 4702 – Os cadastros realizados, ocorreram para atender solicitação não programada.

12.1.1.2. Indicadores de desempenho institucionais

Não foram desenvolvidos. O Quadro de pessoal da Sureg/AM não está estruturado para elaboração desses indicadores.

12.1.1.3. Providências corretivas a serem tomadas para o próximo exercício

Adequar as metas físicas e financeiras a real necessidade de aplicação na Regional para os próximos exercícios.

12.1.2. Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação

Quadro 26 – Ações de outros órgãos, executadas pela UJ

Programa	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	608.090,52
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	5.785.939,74
	2802 - Oper Aquisição alimentos	56.644,63
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	790.725,00
	2B83 - Oper Aquisição alimentos	7.351,15
Total		7.248.751,04

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

A seguir breve análise das Ações:

Ações do MDS e do MDA

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e as ações 2B81 e 2B83 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.5 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

12.2. Restos a Pagar

Análise das inscrições em restos a pagar no exercício e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 27 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	663.344,07	-	533.739,77	129.604,30
2010	1.558.131,29	-	1.413.947,91	144.183,38
...				0,00
				0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	390.772,01	19.727,02	371.044,99	0,00
2010	1.104.076,70	76.657,80	1.027.418,90	0,00
...				0,00
				0,00

Fonte: Diafi/Sucon

Os pagamentos dos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados evoluíram normalmente, ocorrendo ainda nos primeiros meses do exercício seguinte à inscrição. Os valores cancelados referem-se a deduções efetuadas quando do pagamento em face de aplicação de penalidades, assim como de recolhimento de impostos e contribuições retidas do fornecedor, na forma da legislação pertinente. O saldo a pagar em 31/12/2012, refere-se a impostos e contribuições federais relativos a compras antecipadas de produtos da agricultura familiar, via Programa de Aquisição de Alimentos, cuja entrega continua em operação.

12.5. Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas

Ver anexo I – pág 62

12.7. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de propriedade da Empresa ou locado de terceiros

Quadro 28– Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Localização Geográfica	Imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ		Observação
	2012	2011	
Humaitá	1	1	Imóveis destinados a venda: Humaitá e Careiro (Conad-conforme Ata da 202ª Reunião Ordinária realizada em 24/02/2010)
Careiro	1	1	
Manaus	1	1	
Manicoré	1	1	
Amazonas	4	4	

Fonte: Diafi/Supad

ITEM 13 DA PARTE C DO ANEXO II DA DN/TCU 119/2012

13. GOVERNANÇA E CONTROLES

13.1. Controle Interno da UJ

Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.

Quadro 29 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
<p>Análise Crítica:</p> <p>Mesmo não dispondo de uma área específica para atuação sobre a estrutura de controle interno a CONAB/SUREG/AM por intermédio de suas áreas fins e meio desenvolve suas atividades buscando o cumprimento do regimento interno, das normas de operações, das normas da organização, das Resoluções da Diretoria Colegiada, das orientações emitidas por meio de Comunicação Interna; a observação do Código de Ética da Conab; o atendimento às orientações e recomendações da Auditoria Interna, assim como dos Órgãos de Controle Interno e Externo. Isso, salvo melhor juízo, leva à observação parcial, em sua maioria, de todos os aspectos do Sistema de Controle Interno.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: Resultado de consenso apurado em reunião com os gestores da Sureg-AM.

13.2. Deliberações do TCU e CGU

Não ocorreu deliberações do TCU. Em relação à CGU, as delibeções constam no Plano de Providências Permanente da Sureg/AM atualizado em 28/12/2012.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE
UJ responsável: 135045 – CONAB SEDE SUREG AMAZONAS
Relatório de Auditoria nº: 201109404
<p>1.a. Nº da CONSTATAÇÃO: (042)</p> <p>1.b. Nº da RECOMENDAÇÃO: 1 Que seja desenvolvido um esforço em acordo com o órgão central para criação dos indicadores.</p> <p>1.1 Providências a serem Implementadas</p> <p>1.1.a. Prazo de Atendimento: 02/01/2012 Emitir correspondência à Superintendência de Orçamento e Avaliação – SUPOR/Matriz, solicitando o apoio na busca do atendimento da recomendação do Controle interno.</p> <p>1.1.b. Situação: <u>Atendido</u> em: 02/ 01 /2012</p> <p>1.1.c. Manifestação do Gestor em: 06/01/2012 Considerando que a criação de indicadores não depende da gestão da regional, visto não dispor na sua estrutura de Unidade Orgânica com competência para esse fim, foi enviada a Comunicação Interna SUREG/AM nº 002, de 02/01/2012, à SUPOR, cópia anexa, solicitando apoio na busca do atendimento da recomendação.</p> <p>1.2 Posicionamento da SFG/CGU em: 26/01/2012 (Nota Técnica nº 173/2012)</p> <p>“Análise do Controle Interno: Embora tenha sido enviada a Comunicação Interna – CI a SUPOR, não foi criado qualquer indicador.</p> <p>Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração por recusa não aceita</p> <p>Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”</p> <p>1.2.a. Manifestação do Gestor em: 07/12/2012</p> <p>Em atendimento a Comunicação Interna SUREG/AM nº 002, de 02/01/2012, mencionada no item 1.1.c, acima, a Superintendência de Orçamento e Avaliação, respondeu por meio da CI. SUPOR nº 013, de 02/02/2012, cópia anexa, o que segue:</p> <p><i>“A Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa, vinculada ao Programa 0352 – Abastecimento Agroalimentar, tanto no âmbito deste programa, quanto dos demais constantes do</i></p>

PPA, objetiva constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Nela estão incluídas despesas com pessoal, serviços de manutenção em equipamentos e instalações físicas da sede da Sureg, assim como despesas com o custeio em geral (água, luz, telefone, impostos, taxas etc).

Esta Ação não apresenta meta física específica por tratar-se de um centro de custos administrativos, logo, para sua avaliação, somente é utilizado o indicador Percentual de execução financeira nas ações de apoio ao programa, conforme consta no relatório de gestão do exercício de 2010, item 2.4.3.9 – ação (2272) gestão e administração do programa, página 108.”

2.a. Nº da CONSTATAÇÃO: (014)

2.b. Nº da RECOMENDAÇÃO: 1

Sejam feitos estudos para atuar sobre o ambiente de controle, a avaliação de risco, o monitoramento e o acompanhamento de programas/ações da entidade com a finalidade de aprimorar os controles internos.

2.1 Providências a serem Implementadas

2.1.a. Prazo de Atendimento: 02/01/2012

Emitir correspondência à Superintendência de Orçamento e Avaliação– SUPOR/Matriz, solicitando o apoio na busca do atendimento da recomendação do Controle interno.

2.1.b. Situação: Atendido em: 02/01/2012

2.1.c. Manifestação do Gestor: em: 02 /01/2012

O atendimento dessa recomendação, depende do envolvimento de várias áreas da Companhia. A Superintendência Regional não dispõe de Unidade Orgânica, com competência para atuação sobre o ambiente de controle, a avaliação de risco, o monitoramento e o acompanhamento de programas/ações. Assim, para o atendimento da recomendação exarada, foi enviada Comunicação Interna SUREG/AM nº 003, de 02/01/2012, à SUPOR, cópia anexa, solicitando interagir com as áreas competentes na Matriz, visando o atendimento da recomendação.

2.2 Posicionamento da SFG/CGU em: 26/01/2012 (Nota Técnica nº 173/2012)

“Análise do Controle Interno:

Embora tenha sido enviada a Comunicação Interna a Superintendência de Orçamento e Avaliação – SUPOR, não foi apresentado qualquer estudo com a finalidade de aprimoramento do controle interno.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração por recusa não aceita

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”

2.2.a. Manifestação do Gestor em 20/12/2012

Relativamente a Estrutura de Controles Internos da UJ, considerando que o que levou a constatação de fragilidades foi a análise do Quadro LXXXIV do Relatório de Gestão 2010, no qual verificou-se que a grande maioria das respostas aponta uma avaliação de aplicação parcial em minoria ou desconhecimento da proporção da aplicação, constata-se que na época da elaboração do Relatório de Gestão 2010 as circunstâncias do quadro relativo ao funcionamento do sistema de controle interno não foram avaliados adequadamente pelos gestores.

No Relatório de Gestão do exercício de 2011 quando do preenchimento do mesmo quadro as circunstâncias foram avaliadas com maior embasamento teórico, com fundamento no contido no item 3.2 do Manual de Auditoria Interna da CONAB, que dispõe:

“3.2 CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

Devem ser entendidos como quaisquer ações, métodos ou procedimentos adotados pela Companhia ou por uma de suas unidades organizacionais, compreendendo tanto a Alta Administração como os níveis gerenciais apropriados, relacionados com a eficiência operacional e obediências as diretrizes estratégicas, para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas sejam atingidos. A Alta Administração e demais gestores planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar com razoável certeza essa realização.

Um controle interno é qualquer ação adotada pelo gestor no intuito de reforçar a possibilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados. O conceito de controles internos administrativos, ou sistema de controles internos, é o conjunto integrado de componentes de controle e atividades utilizados pela Companhia para alcançar os seus objetivos e metas”

O quadro a seguir mostra evolução no entendimento em relação as circunstâncias analisadas no âmbito dos aspectos de ambiente de controle, procedimentos de controle, informação e comunicação, e monitoramento do controle interno da Unidade. Diferentemente da avaliação constante no Relatório de Gestão 2010, a grande maioria das respostas aponta uma avaliação de aplicação parcial em maioria.

Resumo do Quadro LV – Estrutura de Controles Internos da UJ, constante no Relatório de Gestão 2011

Aspectos do sistema de controle interno	Quantidade de ocorrências por tipo de Avaliação				
	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5
Ambiente de Controle				5	4
Avaliação de Risco		4		1	4
Procedimentos de Controle				9	
Informação e Comunicação				5	
Monitoramento				3	
Total	-	4	-	23	8

Sendo:

- Tipo 1 - Não aplicado no contexto da UJ.
- Tipo 2 - Parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- Tipo 3 - Não há como afirmar a proporção de aplicação.

Aspectos do sistema de controle interno	Quantidade de ocorrências por tipo de Avaliação
- Tipo 4 - Parcialmente aplicado em sua maioria.	
- Tipo 5 - Integralmente aplicado no contexto da UJ.	

Apenas o aspecto Avaliação de Risco obteve respostas na escala 2, com indicação de parcialmente aplicado em sua maioria. No entanto, mesmo não dispondo de uma área específica para atuação sobre a estrutura de controle interno a CONAB/SUREG/AM por intermédio de suas áreas fins e meio desenvolve suas atividades buscando o cumprimento do regimento interno, das normas de operações, das normas da organização, das Resoluções da Diretoria Colegiada, das orientações emitidas por meio de Comunicação Interna; a observação do Código de Ética da Conab; o atendimento às orientações e recomendações da Auditoria Interna, assim como dos Órgãos de Controle Interno e Externo. Isso, salvo melhor juízo, leva a observação parcial em sua maioria de todos os aspectos do Sistema de Controle Interno.

3.a. N° da CONSTATAÇÃO: (050)

3.b. N° da RECOMENDAÇÃO: 1

Registrar e atualizar os dados dos contratos no SIASG.

3.b.1 Providências a serem Implementadas

3.b.1.a. Prazo de Atendimento: 05/01/2012

Para esta recomendação emitir correspondência à Superintendência de Administração – SUPAD/Matriz, solicitando apoio no atendimento dessa recomendação.

3.b.1.b. Situação: Atendido em: 05/ 01 /2012

3.b.1.c. Manifestação do Gestor: em: 06/01/2012

Considerando dificuldades encontradas para inclusão dos dados dos contratos no SIASG na forma recomendada pela CGU, assim como, de localizar profissionais ou entidades aptas a ministrar treinamento aos colaboradores envolvidos nessa tarefa, foi emitida a Comunicação interna SUREG/AM n° 009, de 05/01/2012, à Superintendência de Administração – SUPAD – Matriz, solicitando apoio no atendimento dessas recomendações.

3.b.2 Posicionamento da SFG/CGU: Nota Técnica n° 173/2012 em: 26/01/2012

“Análise do Controle Interno:

Conforme manifestação da unidade e a comunicação Interna SUREG/AM n° 009, de 05/01/2012, os dados não foram atualizados.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena

da recomendação

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”

3.b.2.a Manifestação do Gestor: em 07/12/2012

Continuamos impossibilitados de implementar a recomendação. Como não conseguimos viabilizar o treinamento, tentamos registrar seguindo o Manual do Sicon/Cronograma. Contudo, o sistema exige que se informe o número do empenho, e que esse empenho tenha sido emitido pelo Siasg. Como tratava-se de empenho emitido via SIAFI, ao tentarmos copiar o empenho original do SIAFI, via SIASG/SISME/EMPORIGINA/IALEMPROG, o sistema responde "usuário não autorizado".

A partir daí, estamos entendendo que além da falta de pessoal capacitado, como a CONAB utiliza o SIASG por adesão, o problema está ocorrendo possivelmente porque a Companhia não aderiu a todos os sistemas/módulos e subsistemas do Siasg.

Em contato recente com técnico da Supad/Matriz, fomos informados que aquela Superintendência está avaliando o caso e que fará gestão junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, fins esclarecer essa questão.

3.c. Nº da RECOMENDAÇÃO: 2

Capacitar os empregados responsáveis pela operacionalização no sistema SIASG.

3.c.1 Providências a serem Implementadas

3.c.1.a. Prazo de Atendimento: 05 /01/2012

Para esta recomendação emitir correspondência à Superintendência de Administração – SUPAD/Matriz, solicitando apoio no atendimento dessa recomendação.

3.c.1.b. Situação: Atendido em: 05/ 01 /2012

3.c.1.c. Manifestação do Gestor: em: 06/01/2012

Considerando dificuldades encontradas para inclusão dos dados dos contratos no SIASG na forma recomendada pela CGU, assim como, de localizar profissionais ou entidades aptas a ministrar treinamento aos colaboradores envolvidos nessa tarefa, foi emitida a Comunicação Interna SUREG/AM nº 009, de 05/01/2012, à Superintendência de Administração – SUPAD/Matriz, solicitando apoio no atendimento dessas recomendações.

3.c.2 Posicionamento da SFG/CGU: Nota Técnica nº 173/2012 em: 26/01/2012

“Análise do Controle Interno:

Embora tenha sido solicitada a capacitação, esta ainda não foi realizada.

Posição da Secretaria Federal de Controle: Reiteração pela não implementação plena da recomendação

Prazo para Atendimento da Recomendação: 31/12/2012”

3.c.2.a Manifestação do Gestor: em 07/12/2012

Continuamos impossibilitados de implementar a recomendação. Como não conseguimos viabilizar o treinamento, tentamos registrar seguindo o Manual do Sicon/Cronograma. Contudo, o sistema exige que se informe o número do empenho, e que esse empenho tenha sido emitido pelo Siasg. Como tratava-se de empenho emitido via SIAFI, ao tentarmos copiar o empenho original do SIAFI, via SIASG/SISME/EMPORIGINA/IALEMPROG, o sistema responde "usuário não autorizado".

A partir daí, estamos entendendo que além da falta de pessoal capacitado, como a CONAB utiliza o SIASG por adesão, o problema está ocorrendo possivelmente porque a Companhia não aderiu a todos os sistemas/módulos e subsistemas do Siasg.

Em contato recente com técnico da Supad/Matriz, fomos informados que aquela Superintendência está avaliando o caso e que fará gestão junto ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão – MPOG, fins esclarecer essa questão.

Manaus/AM, 28 de dezembro de 2012

**(Original Assinado)
Thomaz Antonio Perez da Silva
Superintendência Regional do Amazonas
Superintendente**

Fonte: Conab/Sureg/AM/Gefad

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Diante do contido no presente Relatório, pode-se concluir que a Superintendência Regional do Amazonas, da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab atuou no exercício de 2012, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, atingindo, na medida do possível, a finalidade propugnada para os programas de governo.

As principais dificuldades encontradas decorreram principalmente da limitação do quadro de pessoal, assim como dos limites orçamentários para despesas com diárias e passagens, limitações estas cujas decisões não estão na alçada dos gestores da Sureg/AM. Ações junto as unidades orgânicas competentes da Companhia, para mitigar tais obstáculos são tomadas sistematicamente por esta Superintendência Regional.

Manaus/AM, 31 de maio de 2013.

Thomaz Antonio Perez da Silva
Superintendência Regional do Amazonas
Superintendente

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Balanço Patrimonial
Quadro 30 - Balanço Patrimonial

ATIVO	2012	2011
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01
PASSIVO	2012	2011
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41

Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58
Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
RECURSOS DA UNIÃO	20.586.329,15	17.168.338,92
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	27.549.115,94	97.942.420,53
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.221.907.782,80	4.834.829.221,69
OBRIGAÇÕES A PAGAR	208.872.496,53	177.842.494,99
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
PROVISÕES	234.073.968,59	242.630.604,68
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	848.230.145,43	617.049.103,45
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	20.119.426,21	6.606.203,92
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	38.207,12	3.899,48
OUTRAS OBRIGAÇÕES	24.359,02	23.958,52
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	1.639.318,35	18.228.235,37
DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	1.569.898,35	18.158.815,37
OBRIGAÇÕES A PAGAR	1.569.898,35	18.158.815,37
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	405.143.890,71	339.214.438,92
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
RESERVAS	102.342.888,97	92.323.612,21
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
LUCROS A DESTINAR	0,00	23.710.327,86
TOTAL	4.679.838.061,74	5.309.467.907,01

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quadro 31 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

DESCRIÇÃO	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes		
Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.450.232,47	18.697.751,30
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(8.883.138,84)	(13.134.264,83)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0

Juros Pagos por Empréstimos	0	0
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	5.435.234,29	(5.475.292,59)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	2.327,92	88.193,88
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	2.327,92	88.193,88
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Resultado do Exercício

Quadro 32 - Demonstração do Resultado do Exercício

DETALHAMENTO	2012	2011
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43

Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63
Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	69.521.861,52	31.510.972,51
LUCRO POR AÇÃO	37,38	16,94

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração do Valor Adicionado
Quadro 33 - Demonstração do Valor Adicionado

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
 Presidente

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
 Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

MARCELO DE ARAÚJO MELO
 Diretor de Operações e Abastecimento

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
 Diretor de Gestão de Pessoas

SILVIO ISOPO PORTO
 Diretor de Política Agrícola e Informações

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
 Superintendente de Contabilidade
 Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Quadro 34 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			Patrimônio Líquido
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Rservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Dirrtor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Admsitrativo, Financeiro e de Fiscalização

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

José Carlos de Andrade
 Superintendência de Contabilidade
 Superintendente
 Contador CRC/DF 005969/0-5

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

Nota 3 – Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei n.º 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”.

Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a) Equivalente de Caixa: Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

b) Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

c) Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através

do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

c.1) Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

c.2) Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos, sujeitos a legislação específica.

e) Almojarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) Investimentos: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) Imobilizado: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”): No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) Benefícios a Empregados: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) Ajustes de Exercícios Anteriores: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e

2011.

l) Reconhecimento da Receita:

l.1) Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

l.2) Diferimento de Receitas: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) Provisões para Contingências: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

Nota 5 – Créditos Tributários

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
Total de Créditos Tributários Circulante	254.355	241.840

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;
- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e

Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
Subtotal – Circulante	158.990	197.502

b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
Total – (Circulante + Não Circulante)	459.658	364.922

Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das jóias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
Total – Circulante	415.358	292.646

Em R\$ mil

b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
Total – Não Circulante	859	18.010

Em R\$ mil

Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do

Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
Total	2.730.990	3.685.419

a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

Passivo Contingente – Provável

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos Estados.
- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
Total	383.032	422.825	450.418	579.507

Passivo Contingente – Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cíbius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados

por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
Total	135.919	342.333	101.652	351.646

Ativo Contingente – Provável

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- Cível: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indêbitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

As ações estão assim demonstradas:

Em R\$ mil

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
Total	140.956	422.826	121.672	579.870

Nota 16 – Operações de Crédito

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevalecentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

Nota 19 – Resultado do Exercício

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

Nota 20 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b) Reserva Legal: Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

c) Reserva de Retenção do Lucro: Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Exercício	Em R\$ mil	
	Saldo	
2011	34.997	
2012	61.637	

Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus próprios empregados.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro

Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica

a) Programa de Revitalização – PNUD

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
Total de Repasses	6.084	3.218

b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.

RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente

MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretor de Operações e Abastecimento

SILVIO ISOPO PORTO
Diretor de Política Agrícola e Informações

JOÃO CARLOS BONA GARCIA
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretor de Gestão de Pessoas

JOSÉ CARLOS DE ANDRADE
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53